



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

KEISE VALENA GOMES BARBOSA

**ANÁLISE DIPLOMÁTICA DA CERTIDÃO DIGITAL DE QUITAÇÃO
ELEITORAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

BELÉM, PA

2025

KEISE VALENA GOMES BARBOSA

**ANÁLISE DIPLOMÁTICA DA CERTIDÃO DIGITAL DE QUITAÇÃO
ELEITORAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquivologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Juan Bernardo Montoya-Mogollón.

BELÉM, PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238a Barbosa, Keise Valena Gomes.
Análise Diplomática da Certidão Digital de Quitação Eleitoral
do Tribunal Superior Eleitoral / Keise Valena Gomes Barbosa. —
2025.
44 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Juan Bernardo Montoya Mogollón
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de
Arquivologia, Belém, 2025.

1. Diplomática Digital. 2. Documento Digital. 3. Análise
Diplomática. 4. Arquivologia. I. Título.

KEISE VALENA GOMES BARBOSA

**ANÁLISE DIPLOMÁTICA DA CERTIDÃO DIGITAL DE QUITAÇÃO
ELEITORAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquivologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Juan Bernardo Montoya-Mogollón

Data de aprovação: 15/09/2025

Conceito: B

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Juan Bernardo Montoya-Mogollón
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Wilson Roberto Veronez Junior
Centro Universitário Leonardo da Vinci

Aos meus pais, por acreditarem em mim e me apoiarem incondicionalmente em cada passo da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, a Deus, meu alicerce, por me guiar durante a minha caminhada e por ter me sustentado até aqui. Minha amada família, minhas irmãs (Vanessa e Karla), por todo o carinho, amor e apoio durante toda a minha jornada. Meus sobrinhos (Ísis, Valentim e Isaac), as crianças que são o futuro de minha família, os quais, em breve, também estarão trilhando brilhantemente essa jornada acadêmica. Meus pais (Elenise e José), meus grandes amores, por sempre estarem ao meu lado, me apoiando incondicionalmente, sendo meu porto seguro desde a infância, me ajudando a crescer, superar desafios e ser independente. Por me aconselharem nos momentos mais difíceis e celebrarem comigo cada conquista, nunca permitindo que eu desistisse diante de nenhum obstáculo. A fé de vocês em mim foi fundamental para que eu pudesse prosseguir, superando cada impasse no meio do caminho, para alcançar os meus sonhos. Amo demais vocês, e tudo o que sou e conquistei foram frutos da força, do amor, da coragem e da inspiração que vocês sempre me transmitiram durante toda a minha vida.

Ao Professor Dr. Juan Bernardo Montoya-Mogollón, meu orientador, expresso minha mais profunda gratidão pela confiança depositada em mim para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelo incentivo, paciência e toda a orientação ao longo do desenvolvimento desse projeto. Aos membros da banca examinadora deste TCC, o Professor Dr. Gilberto Gomes Cândido, sou muito grata por todos os ensinamentos durante toda a minha graduação, os quais foram fundamentais para que esse TCC se tornasse possível. Agradeço ao Professor Dr. Wilson Roberto Veronez Junior, por aceitar o convite para compor a banca examinadora e contribuir para a realização desse sonho.

À minha grande amiga/irmã, Bruna Teixeira, agradeço por sempre estar ao meu lado durante esses quatro anos intensos de graduação, compartilhando cada momento e comemorando cada conquista. Agradeço muito pelo incentivo e pelos seus conselhos nos momentos mais difíceis, pelo seu companheirismo, que foi fundamental para que agora possamos encerrar juntas esse ciclo tão importante de nossas vidas. Você é incrível, você brilha, garota.

Ao meu amado Yuji Kimura, agradeço de coração por ter sido para mim, mais que um companheiro ao longo desse processo. Sou grata por todo o seu apoio incondicional, por todo o carinho e cuidado diário, por sempre acreditar em mim, por ter sido meu maior confidente. Você foi fundamental para que essa etapa da minha vida se tornasse mais leve.

Às amigas que conquistei durante a minha vida acadêmica: Tatiana Sasaki, Vitória Leal, Jéssica Ferreira, Alan José, Laryane Cardoso, Rebeca Almeida, Fabiane Ferreira, Gabriela Araújo e Jackeline Aires, com quem, ao longo da graduação e do estágio, vivi grandes momentos e experiências únicas. Sou grata e feliz por ter conhecido vocês, pessoas brilhantes e maravilhosas. Foram anos incríveis ao lado de vocês.

Aos Arquivistas do Arquivo Central da Universidade Federal do Pará: Ângela Fernandes, Amanda Silva, Ayrton Moraes, Raí Rocha e Natacha Janes, sou profundamente grata por compartilharem comigo seus conhecimentos. Tenho plena certeza de que os levarei para o resto da vida. Vocês foram mais que fundamentais para a minha formação acadêmica, me moldando diariamente como a arquivista que serei amanhã, vocês são o reflexo do profissional que quero me tornar. Tenho imensa admiração por cada um de vocês, e me sinto feliz por ter tido a oportunidade de fazer parte dessa equipe incrível.

À Universidade Federal do Pará, a maior do Norte, que me acolheu durante quatro anos desde meu ingresso em 2021, foram anos repletos de desafios e aprendizados, que me proporcionaram viver experiências únicas que jamais irei esquecer.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso, objetiva analisar o impacto das tecnologias digitais na produção e preservação de documentos, com foco na interseção entre Arquivologia e Diplomática, especialmente na questão da autenticidade dos documentos digitais. A pesquisa aborda uma metodologia, utilizando pesquisa exploratória, baseada em revisão bibliográfica e documental. As principais bases de dados exploradas foram BRAPCI e SciELO. A pesquisa é centrada na Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A análise Diplomática do documento identifica seus elementos internos e externos, como estrutura, autenticidade e o documento por completo. Incluindo ao Trabalho de Conclusão de curso a criação de um fluxograma, o qual descreve o processo de emissão e validação da Certidão de Quitação Eleitoral. O Trabalho de Conclusão de Curso é fundamentado em autores como Bellotto (2002) e Duranti (2009). A pesquisa também abrange o projeto InterPARES, liderado pela arquivista Luciana Duranti, a qual explora práticas com fins de garantir a preservação e autenticidade de documentos digitais em sistemas arquivísticos. Este projeto é uma das principais referências na evolução da Diplomática digital. Embora, com o passar do tempo, o ambiente digital traga novos desafios, os princípios diplomáticos continuam fundamentais para garantir a integridade e confiabilidade dos documentos arquivísticos.

Palavras-Chave: Diplomática Digital. Documento digital. Análise Diplomática.

Arquivologia.

ABSTRACT

The undergraduate thesis, aims to analyze the impact of digital technologies on the production and preservation of records, focusing on the intersection between Archival Science and Diplomats, especially on the issue of the authenticity of digital records. The research employs an exploratory methodology based on a bibliographic and documentary review. The main databases explored were BRAPCI and SciELO. The study focuses on the Certificate of Electoral Clearance issued by the Superior Electoral Court (TSE). The Diplomats analysis of the record identifies its internal and external elements, such as structure, authenticity, and the complete record. The Undergraduate thesis also includes a flowchart describing the process of issuing and validating the Certificate of Electoral Clearance. The study is based on authors such as Bellotto (2002) and Duranti (2009). Additionally, the research covers the InterPARES project, led by archivist Luciana Duranti, which explores practices to ensure the preservation and authenticity of digital records in archival systems. This project is one of the main references in the evolution of digital Diplomats. Although the digital environment presents new challenges over time, Diplomats principles remain fundamental to ensuring the integrity and reliability of records.

Keywords: Digital Diplomats. Digital Records. Diplomats Analysis. Archival Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Site do Tribunal Superior Eleitoral (tela inicial).....	13
Figura 2 - Página de preenchimento de dados para emissão da certidão.....	14
Figura 3 - Imagem da Certidão de Quitação Eleitoral emitida.....	14
Figura 4 - Aplicativo E-Título do Tribunal Superior Eleitoral - TSE	15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções e princípios arquivísticos.....	p.2
Quadro 2 – Descrição das perspectivas da Diplomática.....	p.8
Quadro 3 – Conceituação de documento digital.....	p.9
Quadro 4 – As cinco características do documento arquivístico.....	p.11
Quadro 5 – Ficha de Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral.....	p.18

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Tabela 1 – Processo de Emissão da Certidão de Quitação Eleitoral.....	p.17
---	------

LISTA DE ABREVIATURAS

IA.	Inteligência Artificial
PDF.	<i>Portable Document Format</i>
QR Code.	<i>Quick Response Code</i>

LISTA DE SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
e-ARQ Brasil	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
SSHRC	<i>Social Sciences and Humanities Research Council of Canada</i>
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade Federativa
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 ARQUIVOLOGIA E A DIPLOMÁTICA: RELAÇÕES EXISTENTES	2
3 DIPLOMÁTICA DIGITAL	5
4 DO FÍSICO AO DIGITAL: ASPECTOS CONCEITUAIS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	8
5 CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	12
5.1 Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral	15
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25
GLOSSÁRIO	28

1 INTRODUÇÃO¹

O uso de *hardware*, *software* e redes de dados por diversas instituições com objetivo de disponibilizar informações (Pereira; Pinheiro, 2020, p. 196) mudou o cenário de produção, tramitação e armazenamento de informação na sociedade contemporânea, em que são estabelecidos novos desafios frente ao meio digital. Como consequência, a autenticidade dos documentos no âmbito digital encontra-se como um dos desafios desta mudança de paradigma (Flores; Rocco; Santos, 2016, p.118).

À vista disso, os profissionais do campo científico da Arquivologia, por intermédio da Diplomática, seja ela histórica clássica ou jurídica, definida como a ciência em que se preocupava com a veracidade e a autenticidade dos documentos oficiais e diplomas no século XVII - buscam subsídios para serem aplicados em documentos em ambientes digitais (Silva; Tognoli, 2019, p.98).

Partindo deste princípio, essa pesquisa, além de outras inquietações, surgiu por meio do questionamento: **como é verificada e certificada a autenticidade dos arquivos nato-digitais emitidos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE?**

Desta forma, tem-se como objetivo geral **introduzir e compreender como é elaborada a Diplomática em documentos digitais** e os objetivos específicos são:

1. Estabelecer relações existentes entre o campo da Arquivologia e a Diplomática
2. Discutir a conceituação de documento digital e Diplomática Digital;
3. Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e elaboração de fluxograma, para compreensão do processo de emissão da Certidão de Quitação Eleitoral.

Para tanto, do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, utilizando como método a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Para atingir os resultados, buscou-se, as palavras-chave em português: “Diplomática”, “Diplomática Digital”, “Arquivologia”, “documento nato-digital” e “documento digital” em bases de dados da Ciência da Informação, como BRAPCI² - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e SciELO³ - *Scientific Electronic Library Online*, para recuperação e análise de artigos e periódicos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

A proposta desta pesquisa se justifica quando pensamos na facilidade nos quais os documentos são manipulados e como fazemos para encontrar subsídios para identificar a

¹ Este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir de um artigo realizado na disciplina de Diplomática ministrada pelo Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido no ano de 2024, em conjunto com as discentes Bruna Cristina Padilha Teixeira e Nathalia Benigno da Silva.

² Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e SciELO. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/home>

³ *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

autenticidade e integridade dos documentos em âmbito digital. A justificativa também se deu a partir do interesse despertado durante a disciplina de Diplomática, em que pude compreender a importância dessa ciência não apenas no estudo dos documentos históricos, mas também no cenário contemporâneo, marcado pelo uso crescente de documentos digitais.

A partir desse contato, percebi a relevância de refletir sobre a autenticidade, a validade e a confiabilidade dos registros digitais, especialmente em instituições públicas como a Justiça Eleitoral. Dessa maneira, a preocupação em garantir a autenticidade dos documentos digitais tornou-se essencial, principalmente com o aumento constante de informações disponibilizadas na *internet*. Além disso, a evolução das tecnologias de falsificação e manipulação de dados digitais, crescimento do governo eletrônico e dos serviços públicos digitais, a necessidade de assegurar segurança jurídica nas transações eletrônicas, bem como a preservação da memória institucional em ambientes digitais.

Por fim, a pesquisa encontra-se dividida em cinco seções: 1) a primeira contém a introdução, na medida em que aborda as relações existentes entre a Arquivologia e a Diplomática, em seguida, 2) a segunda discorre acerca da transição do documento físico ao digital; 3) a terceira seção discute sobre a Diplomática Digital; 4) a quarta seção apresenta a análise do documento do TSE; 5) quinta e última seção apresentamos as considerações finais da pesquisa.

2 ARQUIVOLOGIA E DIPLOMÁTICA: RELAÇÕES EXISTENTES

A Arquivologia é apresentada como a “[...] disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos” (Brasil, 2005, p. 37). Bem como a Arquivologia atua diretamente com a informação e seus diferentes suportes informacionais, sejam eles físicos, digitais ou híbridos (Silva, 2022, p. 12).

Desta maneira, a Arquivologia, enquanto campo científico e autônomo, é formada pelos princípios: da proveniência, do respeito aos fundos, ordem original, da organicidade, da unicidade, indivisibilidade ou integridade, contextualizados conforme **Quadro 1**:

QUADRO 1 - Funções e princípios arquivísticos.

CICLO DE VIDA ARQUIVÍSTICO	
FUNÇÃO	CONCEITO
Produção	A produção documental é a fase inicial do ciclo de vida dos documentos arquivísticos, a criação e a recepção de documentos no exercício das funções e atividades institucionais, refletindo a

	competência e as atribuições do órgão produtor (Paes, 2004).
Organização	A organização de arquivos, compreende o conjunto de procedimentos técnicos aplicados aos documentos para assegurar a sua preservação, recuperação e acesso, incluindo classificação, arranjo e descrição arquivística (Bellotto, 2006).
Guarda	A guarda refere-se a manutenção física dos documentos em condições adequadas, respeitando critérios de segurança, acesso e conservação, conforme sua fase documental (corrente, intermediária ou permanente) (Brasil, 2001).
Preservação	É o conjunto de medidas e estratégias que visam proteger e prolongar a vida útil dos documentos, garantindo sua autenticidade, integridade e acessibilidade, seja em suporte físico ou digital (Squenato, 2007).
Utilização	A utilização dos arquivos refere-se ao acesso e uso dos documentos arquivísticos por usuários internos ou externos, com vistas a recuperação da informação, subsidiando a tomada de decisão, a prova de direitos e a pesquisa histórica (Duranti, 2000).
FUNDAMENTOS DA ARQUIVOLOGIA	
PRINCÍPIOS	CONCEITOS
Organicidade	Reconhece que os documentos são produzidos e acumulados de forma natural e contínua pela entidade no exercício de suas atividades, formando um organismo dinâmico que reflete suas funções e operações (Arquivo Nacional, 2005).
Unicidade	Estabelece que cada documento arquivístico é único e insubstituível em seu contexto original (Arquivo Nacional, 2005). Embora existam cópias, somente o documento original tem valor probatório e legal (Bellotto, 2008), reforçando a necessidade de preservá-lo em sua forma autêntica (Silva; Tognoli, 2019).
Indivisibilidade ou Integridade	Determina que os documentos devem ser mantidos em sua totalidade, sem fragmentações ou separações que comprometam seu conteúdo e valor (Arquivo Nacional, 2005). Assegura a preservação do documento como unidade coerente, garantindo sua confiabilidade e utilidade futura (Rodrigues, 2008).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Arquivo Nacional (2005), Bellotto (2008), Rodrigues (2008) e Silva; Tognoli (2019).

No **Quadro 1**, observa-se que as funções e os princípios arquivísticos se complementam e atuam como base para a prática arquivística contemporânea. Enquanto as funções estruturam o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a sua utilização social (Paes, 2004; Bellotto, 2006). Os princípios garantem a coerência, a organicidade e a integridade desses registros ao longo do tempo (Arquivo Nacional, 2005; Rodrigues, 2008). Tal relação evidencia que a preservação e o acesso à informação não podem ser compreendidos de forma isolada, mas sim como parte de um processo contínuo que busca assegurar a autenticidade e a confiabilidade dos documentos (Duranti, 2000; Silva; Tognoli, 2019).

Para Cunha e Cavalcante (2008), o princípio da proveniência é considerado fundamental na arquivística, pois, é o princípio responsável por estabelecer um elo entre os documentos/arquivos originários de uma instituição, empresa, família ou pessoa (Cunha; Cavalcante, 2008 *apud* Silva, 2022).

Portanto, entende-se que a Arquivologia visa dar acesso à informação, seja para contribuir no processo decisório, para a preservação da memória coletiva ou na defesa dos direitos dos cidadãos (Watanabe; Sousa, 2020, p. 10).

Enquanto a Diplomática nasceu em decorrência da necessidade de elaborar regras para fins de comprovação dos documentos eclesiásticos do século XVII (Tognoli; Guimarães; 2009 *apud* Lima; Flores, 2015). Richter (2004 *apud* Lima; Flores, 2015) compreende que os estudos acerca da Diplomática surgiram a partir “[...] do espírito crítico dos homens da época com a relação à fidedignidade dos diplomas medievais [...]” (Richter, 2004, p.87 *apud* Lima; Flores, 2015, p. 17).

Dessa maneira, a Diplomática é a disciplina que estuda a estrutura do documento, com o propósito de analisar os aspectos formais da documentação para estabelecer “a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos” (Carucci, 1987 *apud* Bellotto, 2002, p. 17).

Segundo Bellotto (2002) a Diplomática analisa a espécie documental, em que se encontra estabelecida por um modelo prescrito pelas normas jurídicas, com um padrão semântico e redigido de modo a lhe conferir credibilidade e validade (Bellotto, 2002, p. 19).

Evidencia-se ainda que a junção da espécie documental com a atividade em que foi produzida a documentação tem como resultado o tipo documental, e que de acordo com Bellotto (2002), é o objeto de estudo da Tipologia Documental (Bellotto, 2002, p. 19)

Desta forma, a Tipologia Documental fica responsável por analisar o vínculo de proveniência e organicidade (princípios essenciais na área de Arquivologia) do conjunto documental (Duranti, 1998 *apud* Watanabe; Sousa, 2020).

Sendo assim, a Tipologia Documental impulsionou o ampliamiento da Diplomática para abarcar as competências, as atribuições, as funções, o contexto e as atividades das entidades acumuladoras/geradoras dos documentos (Bellotto, 2002, p. 19). É nesse contexto, a partir do século XX, com o surgimento da Tipologia Documental que a Diplomática amplia seu escopo de uma Diplomática Clássica para uma Diplomática Contemporânea (Tognoli; Guimarães, 2009, p. 25 *apud* Lima; Flores, 2015, p. 19).

Bellotto (2002) entende a Tipologia Documental como “Diplomática Arquivística” ou “Diplomática Contemporânea”, pois a disciplina tem o enfoque maior na tipologia do documento e não mais no estudo da forma, estrutura, tradição ou gênese documental (Delmas, 1998 *apud* Bellotto, 2002, p.20). Nesse sentido, Rondinelli (2013, p. 114) destaca que:

Essa virada epistemológica amplia o escopo de estudo dos documentos arquivísticos medievais de caráter eminentemente jurídico (Diplomática clássica) para os modernos e contemporâneos de todos os tipos (Diplomática moderna) (Rondinelli, 2013, p. 114 *apud* Lima; Flores, 2015, p. 19).

Portanto, a Diplomática abrange seus horizontes e passa a ter como objeto de estudo todos os documentos arquivísticos gerados no percurso das atividades de uma pessoa jurídica ou pessoa física, e não mais apenas os documentos arquivísticos jurídicos (Rondinelli, 2013, p.116 *apud* Lima; Flores, 2015, p. 19).

Para Rodrigues (2008). a Diplomática Contemporânea embasa a Arquivologia acerca das práticas de gestão documental e o processo de tratamento de grande documentação acumulada em arquivos. Pois, de acordo com Rondinelli (2011, p. 139) :

Ocorre o complemento perfeito no qual a Diplomática passa a cuidar da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento, enquanto que a Arquivologia trata de classificá-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo (Rondinelli, 2011, p.139 *apud* Lima; Flores, 2015, p.20).

Desta forma, é notável que a integralização dos princípios e conceitos da Diplomática Contemporânea e da Arquivologia ao final do século XX impulsionaram o fazer arquivístico. Rondinelli (2004) ressalta que essa difusão é um meio seguro para o gerenciamento dos documentos na atualidade, em especial os documentos digitais (Rondinelli, 2004 *apud* Lima; Flores, 2015, p. 20).

3 DIPLOMÁTICA DIGITAL

A Arquivologia, valendo-se do método diplomático, reconhece a contribuição dos conceitos da Diplomática na análise, criação e preservação dos documentos digitais. Sobretudo com os estudos de Duranti (2009), compreende-se que a ciência dos arquivos reencontra na Diplomática um meio para salvaguardar a autenticidade dos documentos digitais.

Apesar das adaptações necessárias devido à transição do suporte físico do papel para o ambiente digital, e da evolução do objeto de estudo da Diplomática ao longo do tempo, o método de análise da autenticidade dos documentos, enraizado desde antes do século XIX, agora é aplicado aos documentos digitais contemporâneos.

No século XVII, mais precisamente em 1681, foi publicada na capital Francesa, Paris, a obra *De Re Diplomatica*, pelo monge de origem beneditina, Jean Mabillon (1632-1707), na obra, Mabillon, fez o uso de técnicas paleográficas e de Direito Eclesiástico, com fins de normatizar a forma de ler os documentos, visando definir sua autenticidade, com base na avaliação de seus aspectos intrínsecos e extrínsecos. E, no decorrer dos anos, os ensinamentos da Diplomática foram anexados às escolas de História e de Direito, adquirindo a condição de disciplina científica no século XIX.

Avançando para o século XX, a Diplomática enquanto disciplina, se conecta com a Arquivologia, com dois objetivos característicos, sendo eles: o primeiro se consistiu em auxiliar o profissional de arquivo nas identificações dos documentos elaborados e acumulados de forma desordenada em âmbito europeu, nas administrações públicas, no final dos anos 1980 e começo de 1990; o segundo, visou a garantia da produção, manutenção e conservação dos documentos arquivísticos digitais legítimos.

No final da década de 1990, o suporte teórico-metodológico da Diplomática aplicado a Arquivologia, ultrapassa o limite de gestão de documentos analógicos, assim, expandindo-se para uma nova perspectiva, intitulada como Diplomática Digital.

Nesse viés, a Diplomática dos documentos digitais abarca o estudo e a aplicação dos métodos e procedimentos diplomáticos direcionados aos registros digitais (Duranti, 2009, p.42). O Projeto *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems Project* (InterPares), foi o pioneiro nos estudos dessa nova perspectiva digital, abrangendo profissionais de variadas áreas e países, entre os anos 1999 e 2026.

Dessa maneira,

Através da integração da Diplomática tradicional e do conhecimento arquivístico em diversos ambientes digitais, o Projeto InterPARES desenvolveu um novo conjunto de práticas conhecido como 'Diplomática dos documentos digitais'. Esse campo, considerado uma extensão especializada da Diplomática, é um produto essencial para garantir a confiabilidade e a autenticidade dos registros digitais ao longo do tempo (Duranti, 2009, p. 41 *apud* Tognoli, 2013, p. 127).

O InterPARES, é uma série de projetos mantidos pelo *Social Sciences and Humanities Research Council of Canada* - SSHRC. Para contextualizar, o InterPARES foi criado no ano de 1999 e pretende estabelecer uma rede multidisciplinar internacional de preservação da autenticidade conforme o ciclo vital em tecnologias (Stancic, 2020, p.1 *apud* Rabelo; Schmidt, 2022, p.168).

Portanto, com o advento de novas questões e paradigmas arquivísticos relacionados aos documentos digitais em decorrência das inovações tecnológicas, o Projeto InterPARES encontra-se dividido em cinco fases até agora, sendo estes:

- (1) InterPARES 1 (1999 - 2001): baseada em questões ligadas a bancos de dados e sistemas de gerenciamento de documentos (Duranti, 2015, p. 11; Duranti, 2007, p. 579 *apud* Rabelo; Schmidt, 2022, p.169);
- (2) InterPARES 2 (2002-2006), acerca da produção de documentos arquivísticos no âmbito digital em sistemas interativos, dinâmico e experimental como resultado das atividades das artes, da ciência e do governo eletrônico (Duranti, 2015, p. 11; Duranti, 2007, p. 579 *apud* Rabelo; Schmidt, 2022, p.169);
- (3) InterPARES 3 (2007-2012), inclinada para a difusão de fundamentos teóricos e metodológicos para práticas de preservação digital nas instituições limitadas de recursos (Duranti, 2015, p. 11; Duranti, 2007, p. 579 *apud* Rabelo; Schmidt, 2022, p.169);
- (4) InterPARES *Trust* (2013-2019), com enfoque nas questões ligadas à confiabilidade dos documentos de arquivo e dados no âmbito digital (Duranti, 2015, p. 11; Duranti, 2007, p. 579 *apud* Rabelo; Schmidt, 2022, p.169).
- (5) InterPARES *Trust AI* (2021-2026), com foco nos desafios trazidos pelas tecnologias emergentes, a Inteligência Artificial (IA), para preservação e a autenticidade de documentos digitais, com objetivo de garantir que os registros gerados ou manipulados por IA sejam preservados de maneira autêntica e confiável ao longo do tempo (Internacional...,2021).

A princípio, o Projeto InterPARES adotou uma abordagem que fundiu diferentes áreas do conhecimento, tais como: a Diplomática, Arquivologia, Direito, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Estatística. Pesquisadores de várias partes do mundo, incluindo Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália,

Reino Unido e Holanda, tiveram participações no projeto (Duranti, 2009).

Essa diversidade de disciplinas e participantes proporcionou uma ampla gama de perspectivas e experiências, enriquecendo assim as investigações sobre preservação e gestão de documentos digitais (Duranti, 2009).

Liderado por Duranti, o Projeto InterPARES obteve êxito ao demonstrar a eficácia da aplicação dos princípios da Diplomática em documentos arquivísticos digitais. Esse feito conduziu Duranti e sua equipe a estabelecerem um marco significativo na área da Diplomática, introduzindo uma nova perspectiva conhecida como Diplomática Digital (Duranti, 2009).

Portanto, esse avanço representa uma evolução importante no estudo e na prática da preservação e gestão de documentos digitais, dessa forma, abrindo caminhos para novas abordagens e compreensões dentro do âmbito acadêmico e profissional (Duranti, 2009). De acordo com Duranti e Endicott-Popovsky (2010), a Diplomática Digital, caracteriza-se como uma adaptação moderna de uma ciência antiga, demonstrando sua capacidade de acompanhar suas evoluções tecnológicas e os novos contextos, essas mudanças reafirmam a possibilidade de abordar uma mesma disciplina sob diferentes perspectivas, assim, ampliando seu campo de aplicação.

Nesse contexto, Silva e Tognoli (2019), elaboraram as distintas abordagens da Diplomática, destacando suas aplicações tanto em campo analógico ou digital, colocando em evidência as contribuições teóricas e metodológicas que enriquecem o estudo da Diplomática na contemporaneidade. Essas perspectivas estão descritas conforme **Quadro 2**:

QUADRO 2 - Descrição das perspectivas da diplomática

ABORDAGEM	OBJETO	OBJETIVO
Clássica	Diplomas	Verificar autenticidade para fins probatórios.
Moderna	Documento Diplomático	Verificar autenticidade para fins históricos.
Arquivística	Documentos de Arquivo	Contextualização da produção de documentos - Estudos dos tipos documentais.
Digital	Documento arquivístico digital.	Garantir procedimentos para a produção, manutenção e uso de documentos arquivísticos digitais autênticos em sistemas

		genuínos.
--	--	-----------

Fonte: Silva e Tognoli (2019 p. 105)

Conforme os estudos forem avançando, os novos desafios na prática irão surgir, nesse sentido, foi constatado que a Diplomática Digital não era capaz de atender de maneira plena as determinações impostas pela gestão e análise de documentos digitais.

4 DO FÍSICO AO DIGITAL: ASPECTOS CONCEITUAIS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

No final do século XIX, surgiram os primeiros documentos a registrarem informações de forma diferente de como eram feitos tradicionalmente, marcando o fim do domínio dos documentos tradicionais (tais como o papel, pergaminho ou películas fotográficas) e o início da era dos documentos eletrônicos e digitais. (Bodê, 2016, p.505).

A digitalização dos processos organizacionais apresentou novos obstáculos para a administração de documentos. Expressões como “documento digital” e “documento de arquivo digital” são comumente empregadas como equivalentes, o que pode levar a equívocos conceituais.

Neste ponto, Siqueira (2012) ressalta as mudanças que ocorreram durante esse período em virtude da digitalização e como a Internet impacta até mesmo nos novos moldes documentais, entender a diferença entre eles, ou seja, os documentos digitais e documentos de arquivos digitais, é fundamental para uma gestão eficiente da informação e para garantir a preservação da memória institucional dentro do contexto de digitalização na contemporaneidade. A principal distinção reside no valor arquivístico.

Enquanto o documento digital pode ser efêmero ou sem importância duradoura — produzido de forma transitória, sem valor probatório ou relevância institucional —, o documento de arquivo digital tem relevância institucional e deve ser preservado, muitas vezes, por tempo indefinido, desta maneira, Rondinelli (2010) fala sobre a importância da conceituação dos arquivos digitais e as variações destas distinções que são fundamentais dentro dos processos arquivísticos.

Com a mudança de paradigma, as instituições têm se adequadado à tendência de transformações tecnológicas, se adaptando às constantes evoluções digitais e adequando-se aos seus serviços (Bomfim, 2022). Para Santos e Flores (2015, p. 198) “a crescente demanda por tecnologias da informação teve impacto nos mais diversos setores da sociedade, assim, há um grande fluxo de dados circulando por meio de computadores”.

Para traçarmos o conceito de documento digital, elaboramos o **Quadro 3** com as definições dadas por Bodê (2016, p.511) e a Resolução N°20, de 16 de julho de 2004 do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

QUADRO 3 - Conceituação de documento digital

AUTOR	CONCEITO	DIGITAL X ELETRÔNICO
Bodê (2016)	Documento digital é uma sequência de códigos binários registrados em uma tecnologia de armazenamento, organizados segundo um formato de arquivo e interpretados por meio de <i>software e hardware</i> .	Digital: Refere-se a forma codificada em bits (0 e 1), independentemente do processo de produção. Eletrônico: Embora não explicitado por Bodê, pode ser inferido como dependente de ambiente eletrônico para criação e trâmite.
CONARQ (2004)	Documento codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional.	Digital: Conceito amplo que abrange documentos criados ou convertidos em formato binário. Eletrônico: Documentos digitais inseridos em sistemas computacionais para tramitação e controle.
Glossário de Documentos Digitais - CONARQ (2020)	Documento Digital: codificado em dígitos binários, podendo ser nato-digital ou digitalizado. Documento Eletrônico: Gerado, tramitado ou armazenado em ambiente eletrônico.	Digital: Refere-se ao formato binário. Eletrônico: Implica o uso de um sistema eletrônico de informação para sua gestão..
Dicionário de Terminologia Arquivística - CONARQ (2005)	Documento digital: Registro em formato binário criado ou convertido por meios computacionais. Documento Eletrônico: Documento digital inserido e acessado por sistema de informação.	Digital: É a estrutura binária do conteúdo. Eletrônico: Implica inserção funcional em um sistema digital (trâmite, acesso e armazenamento)

Fonte: elaborado pela autora, com base em Bodê (2016) e CONARQ (2004; 2005; 2020).

Portanto, compreendemos ao observar o **Quadro 3** que em ambas as definições acerca da conceituação de documento digital, a codificação binária encontra-se presente, sendo essa essencial para a informação digital e sucessivamente para o documento digital. Os códigos são sequências

aplicadas para representar a informação, em que somente é possível efetuar sua leitura por meio de um sistema computacional (Bomfim, 2022, p.20).

Bomfim (2022) ressalta que a fluidez da informação no contexto digital é o motivo que o documento digital vem adquirindo ainda mais espaço. Nesse cenário, Siqueira (2012) pontua que “não há como não se destacar a importância do documento digital como um “objeto” de interatividade, por proporcionar maior rapidez e fluidez na recuperação e comunicação informacional”.

No entanto, apesar da praticidade que os documentos digitais apresentam, ainda existem aspectos negativos que o rondam e um desses problemas é na identificação de contexto ou proveniência que o documento foi produzido, por isso, é essencial que as informações necessárias aos documentos arquivísticos sejam registradas na forma de dados no sistema eletrônico (Rabelo; Schmidt, 2022).

Segundo Duranti (1994) existem cinco características que precisam estar presentes em todo documento para que ele seja considerado arquivístico: imparcialidade, naturalidade, autenticidade, inter-relacionamento e unicidade. Essas características fundamentais são essenciais para a compreensão e a gestão adequada dos documentos de arquivo em qualquer ambiente, seja ele físico ou digital.

De acordo com o **Quadro 4**, essas cinco características são inerentes dos documentos arquivísticos e são analisadas, considerando a forma e o contexto de sua criação, sendo definidas como:

QUADRO 4 - As cinco características do documento arquivístico.

CARACTERÍSTICAS	DEFINIÇÕES
Imparcialidade	Os documentos são produzidos em um determinado contexto e determinado fim, a imparcialidade está ligada ao fato dos documentos refletirem as ações do seu produtor (Rodrigues, 2006).
Naturalidade	Os documentos são acumulados naturalmente em decorrência das atividades que são gerados e não são colecionáveis, eles se acumulam de acordo com sua produção (Bellotto, 2002 <i>apud</i> Rodrigues, 2006).
Autenticidade	A qualidade de um documento está livre de qualquer tipo de alteração ou corrupção, onde os documentos possam ser produzidos, mantidos e conservados sobre procedimentos que podem ser comprovados (Rodrigues, 2006).

Inter-relacionamento	O documento estabelece a relação entre si e com as demais atividades que o geraram (Rodrigues, 2006).
Unicidade	Os documentos de arquivos possuem caráter único em função do contexto produzido, ou seja, a unicidade se refere à ligação que o documento tem com a ação que o gerou (Bellotto, 2002 <i>apud</i> Rodrigues, 2006).

Fonte: elaborado pela autora, com base em Duranti (1994), Bellotto (2002) e Rodrigues (2006).

Desta forma, conforme apresentado no **Quadro 4**, podemos perceber então que o documento arquivístico é produzido a partir de uma necessidade administrativa, de acordo com Delmas (2010) “o documento de arquivo é instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado”.

Cabe ressaltar que um documento arquivístico digital pode ser um documento analógico digitalizado, realizado por meio de um processo de digitalização cujo o objetivo é converter um documento físico para formato digital (Arquivo Nacional, 2005, p. 69 *apud* e-ARQ Brasil, 2022) ou um documento nato-digital (Valentim, 2020, p. 43) que possuem as seguintes características:

Produzidos especificamente em meio digital (lidos por meio de um computador) e codificados em dígitos binários de 0 e 1. A expressão de pertencimento “de arquivo” sugere, no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, o ato de registrar transações de negócios (Montoya-Mogollón; Troitiño-Rodríguez, 2019, p. 55).

Desta forma, vale ressaltar também que, além dos documentos nato-digitais, os documentos digitalizados são considerados “produtos digitais”, uma vez que são documentos únicos, codificados em códigos binários, dispõem metadados (dados que descrevem e permitem encontrar os documentos arquivísticos ao longo do tempo) e são lidos por meio *software* e *hardware* (Valentim, 2022, p. 43).

Bellotto (2015), entende que a Diplomática é a chave e o que valida a essência real da Arquivologia pois essas funções são a base para contribuir e averiguar os documentos e os elementos que compõem esses documentos, sendo assim, a Diplomática é uma chave de grande importância dentro dos manuais arquivísticos.

Diante do exposto, conclui-se então que os documentos arquivísticos digitais (sejam eles criados em ambientes digitais ou digitalizados) são registros únicos produzidos por meio de atividades relacionadas ao contexto de produção, detém organicidade, elaborados por uma entidade jurídica ou física de forma natural em ambiente digital (Valentim, 2022).

É crucial entender a distinção entre documento digital e documento de arquivo digital para uma gestão adequada da informação no contexto digital. A implementação de práticas adequadas de arquivo, tais como classificação, avaliação e conservação digital, assegura que os documentos de arquivo digitais possam desempenhar seu papel como prova segura das atividades institucionais ao longo do tempo, bem como Pajeú, Moura e Carvalho (2018) classificam como a forma estrutural do arquivo digital.

5 CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A Certidão de Quitação Eleitoral Digital, como descrito no Glossário Eleitoral Brasileiro³ do Tribunal Superior Eleitoral, é emitida pelo juiz eleitoral e tem por finalidade consultar o Cadastro Nacional de Eleitores e certificar o cumprimento do eleitor, com suas obrigações legais junto à Justiça Eleitoral (TSE, 2022).

O Tribunal Superior Eleitoral - TSE é o órgão da Justiça Eleitoral que exerce papel essencial na estruturação e na prática da democracia brasileira. Suas competências estão descritas na Constituição Federal, de 1988, e pelo Código Eleitoral, Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (TSE, [?]).

Sendo assim, a certidão encontra-se disponível para ser emitida gratuitamente diretamente pelo site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, na sessão de “Serviços” e opção de “Autoatendimento Eleitoral”, conforme sinalizado na **Figura 1**.

Figura 1 - Site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE



Fonte: Site do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>.

Acesso em: 20 jul. 2025.

Após o eleitor clicar na opção de “certidão de quitação” será aberto uma nova página na *web* com os dizeres “Emitir certidão” onde o eleitor precisará adicionar suas informações pessoais para que a certidão seja gerada no sistema do TSE, tais como: o nome do(a) eleitor(a), número do seu título ou cadastro de pessoa física (CPF), data de nascimento, nome da mãe do eleitor e o nome do seu pai. Como podemos observar na **figura 2**:

Figura 2: Site do Tribunal Superior Eleitoral

A captura de tela mostra a interface de autenticação do TSE. No topo, há uma barra de navegação com o logo do TSE e links para Acessibilidade, Ouvidoria, Transparência e prestação de contas, ENA e ESP. Abaixo, há uma barra de menu com links para Serviços eleitorais, Eleições, Partidos, Comunicação, Jurisprudência, Legislação, Serviços judiciais e Institucional. O título da página é "Autenticação". O conteúdo principal começa com "Olá, seja bem-vindo." e "Para acessar este serviço é necessário informar os dados abaixo:". Há duas opções de autenticação: "Protocolo" (desselecionada) e "Dados pessoais" (selecionada). O formulário contém campos para: Nome do eleitor, Número do título eleitoral ou CPF, Data de nascimento (dia/mês/ano), Opção de filiação (conforme o cadastro na Justiça Eleitoral) com uma lista suspensa selecionando "NOME DE MÃE E NOME DE PAI", Nome da mãe e Nome do pai. Na base do formulário, há botões "Voltar" e "Entrar". Abaixo do formulário, há a opção "outra forma de autenticação" com um botão "Entrar com e-Título".

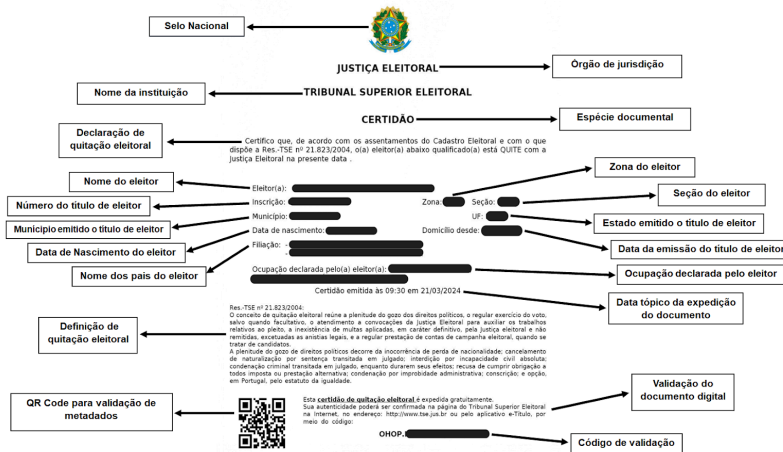
Fonte: Site do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/#/>.

Acesso em: 20 jul. 2025

A seguir, a **figura 3** representa o documento emitido, contendo o conceito de cada item que o compõe.

³ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/glossario-eleitoral>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Figura 3: Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE



Fonte: Emitida em: <https://ww.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>.

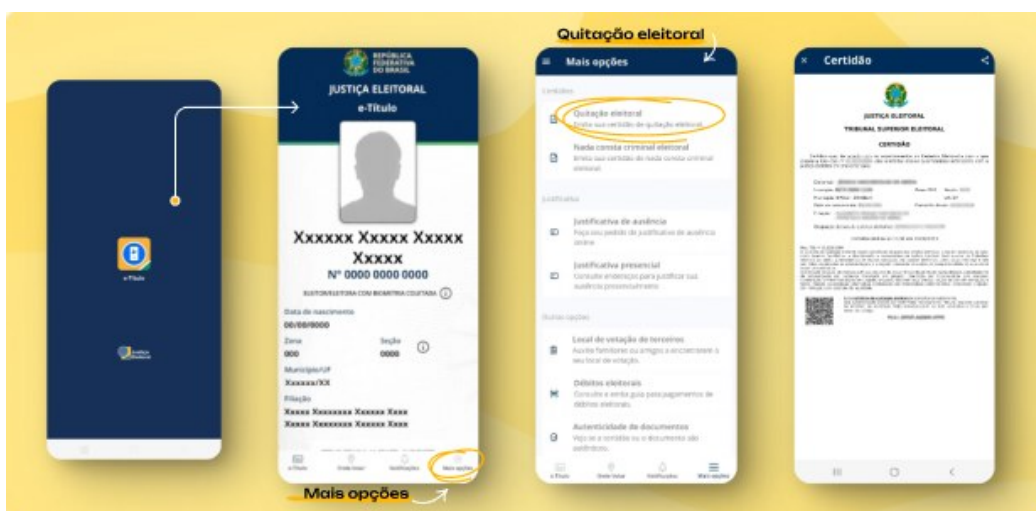
Imagem adaptada pela autora (2025)

O documento encontra-se disponível para *download* em formato *Portable Document Format* (PDF), com a possibilidade de ser visualizado em dispositivo móvel e em *desktop*. A Certidão de Quitação Eleitoral, também pode ser emitida por meio do aplicativo móvel E-Título⁴, com *login* e senha cadastrada do eleitor, acessando a tela inicial, posteriormente a aba “Mais Opções”, em seguida clicando na opção “Quitação Eleitoral” e se não houver pendências, a certidão será emitida com sucesso (TSE, 2025).

A seguir, a **figura 4** representa o passo a passo da emissão da Certidão de Quitação Eleitoral, no aplicativo E-Título.

⁴ Aplicativo disponível para *download* nas lojas virtuais, para os sistemas *iOS* e *Android*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/aplicativos-da-justica-eleitoral/e-titulo>. Acesso em: 11 set. 2025

Figura 4: Aplicativo E-Título do Tribunal Superior Eleitoral - TSE



Fonte: TSE (2025)

5.1 Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral⁵

A análise Diplomática é responsável por decifrar o documento diplomático (Bellotto, 2002, p. 39) e, portanto, o documento arquivístico digital escolhido para ser analisado nesta pesquisa trata-se da Certidão de Quitação Eleitoral Digital.

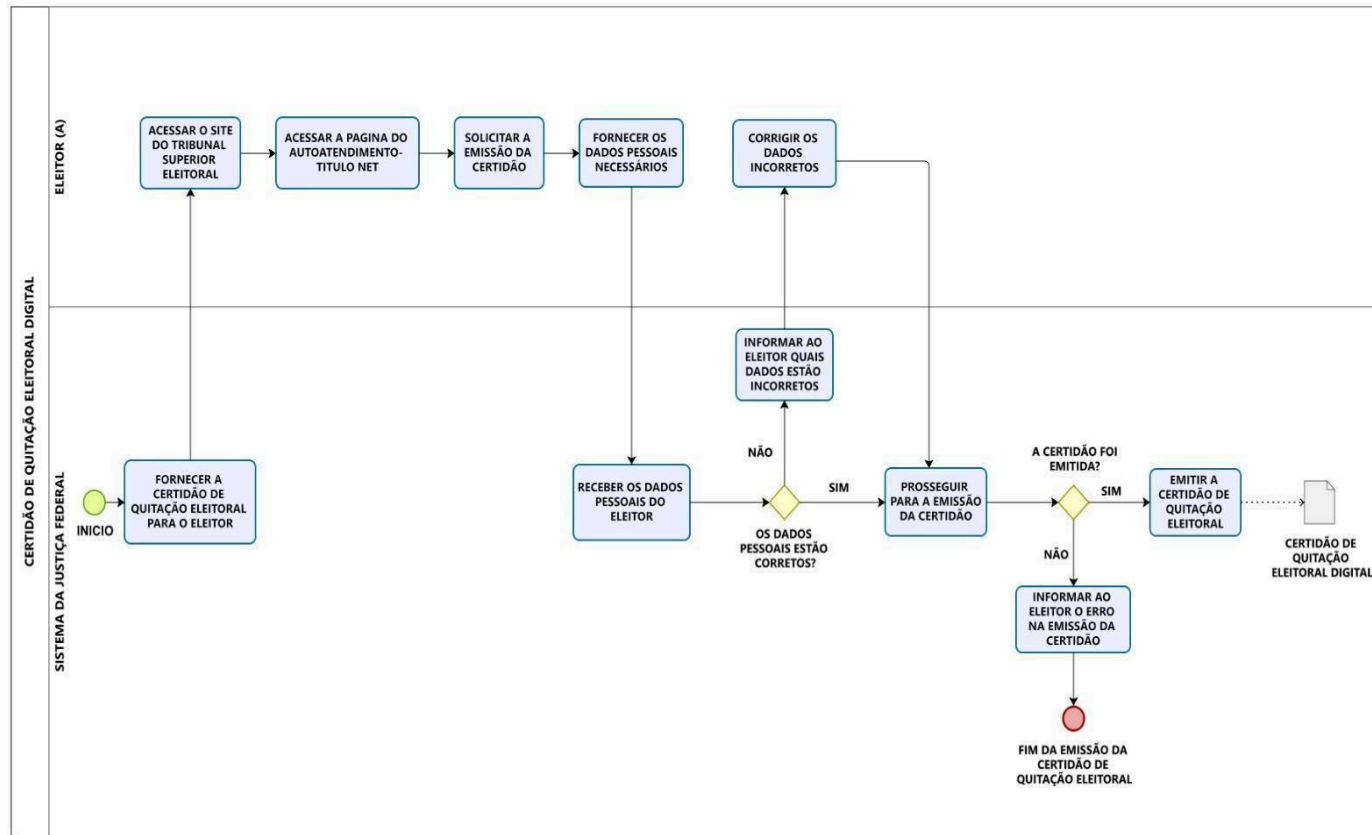
Desta forma, foram examinados os atributos extrínsecos e intrínsecos do documento, de acordo com o paradigma contemporâneo de análise Diplomática delineado por Tognoli (2014), que emerge de uma investigação sobre os elementos mais significativos na área da Diplomática desde os séculos XVII até o XXI, fundamentando-se na concepção de um método "ideal" para gestão e investigação documental em qualquer contexto, e consolidando os elementos identificados por vários autores sobre Diplomática Documental (Tognoli, 2014, p.128).

No esquema concebido pela pesquisadora, há uma correlação entre os traços internos e externos, os agentes envolvidos na elaboração e circulação do documento, e detalhes sobre a maneira pela qual é viável localizar um registro específico conforme a estrutura do arquivo. Ele opera como uma ferramenta descritiva, que auxilia profissionais arquivistas e usuários a determinar os métodos de organização e os meios de pesquisa apropriados.

Para melhor visualização, será apresentado no **Fluxograma 1** o processo de tramitação da emissão de uma Certidão de Quitação Eleitoral. Em seguida, no **Quadro 5**, a Ficha de Análise Diplomática da certidão citada anteriormente:

⁵Agradeço a contribuição na elaboração desta seção à discente Nathalia Benigno da Silva.

Fluxograma 1: Certidão de Quitação Eleitoral digital.



Fonte: Elaborado pela autora no software Bizagi Modeler V.4.1 (2025)

No **Fluxograma 1** ilustra-se a tramitação do processo de emissão de uma Certidão de Quitação Eleitoral. Nesse pressuposto, temos dois agentes atuando na elaboração deste documento: o primeiro é o Sistema da Justiça Eleitoral, que contribui disponibilizando a Certidão de Quitação Eleitoral para o usuário; como segundo agente, temos o Eleitor, que é o solicitante do referido documento.

Em seguida, o eleitor acessa o site do Tribunal Superior Eleitoral e por intermédio do Autoatendimento - Título Net solicita a emissão da certidão.

Logo após, solicita-se ao eleitor os dados de cunho pessoal necessários, que irão compor e dar autenticidade ao documento. Na sequência, o sistema da justiça eleitoral recebe os dados e analisa se estão corretos.

Partindo da decisão que estão corretos, o eleitor consegue prosseguir com sucesso para a emissão do documento. Do contrário, se algum dado estiver incorreto, o sistema comunica ao eleitor que só poderá emitir a certidão após a correção dos mesmos, para que o processo possa continuar.

Por fim, temos o processo final que cabe a uma outra verificação feita pelo sistema que irá decidir se a certidão poderá ou não ser emitida com sucesso. Caso não seja possível, a decisão pode ser decorrente de eventuais pendências que o eleitor possa ter com a Justiça Eleitoral. Neste sentido, o sistema comunica automaticamente o erro ao eleitor e finaliza o processo de emissão da certidão de quitação eleitoral.

A seguir, no **Quadro 5**, apresentamos a Ficha de Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral, seguindo o modelo elaborado por Tognoli (2014).

QUADRO 5: Ficha de Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral do TSE.

ANÁLISE DIPLOMÁTICA (MODELO ELABORADO POR TOGNOLI, 2014)
Espécie documental: Certidão
Tipo documental: Certidão de Quitação Eleitoral
Categoria Documental: Documento Probatório
Natureza do ato: Sigiloso

Elementos externos:

Material: Digital

Tipo de escrita: Códigos binários

Qualidade de impressão (visualização, integridade do documento): Boa legibilidade, estrutura íntegra e elementos visuais preservados, com verificação digital que assegura autenticidade.

Meio de registro: Eletrônico e exportado em formato de arquivo *Portable Document Format (PDF)*

Selos e Sinais: Selo Nacional

Elementos internos:

Língua: Português

Estilo de linguagem: Formal

Protocolo Inicial

Título- Certidão

Assunto- Comprovação de Quitação Eleitoral

Datas- Certidão emitida em 21/03/2024

Invocação-

Titulação- Tribunal Superior Eleitoral

Destinatário: Eleitor

Saudação inicial:

Texto

Preâmbulo: Quitação Eleitoral

Exposição:

Nome do eleitor(a): XXXXX XXXXXXXX XXXXX

Inscrição: 0001-XXXX XXX

Zona: 0000

Seção: 0001

UF: XX

Domicílio desde: XXXXX

Município: XXXXXXXXXXXX

Data de Nascimento: 00/00/0000

Filiação:

Nome da mãe: XXXXXXXXXXX XXXXXXXX

Nome do pai: XXXXX XXXXX XXXXX

Ocupação: XXXXXXXXXXX

Notificação:

Dispositivo: Res-TSE nº 21.823/2004: Estabelece que o conceito de quitação eleitoral abrange o pleno gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto (salvo nos casos em que este é facultativo), o atendimento às convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar nos trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas em caráter definitivo pela Justiça Eleitoral e não quitadas (excetuadas as anistias legais), bem como a regular prestação de contas de campanha eleitoral, no caso de candidatos.

Sanção: A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Corroboração: Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código de verificação.

Protocolo Final

Precação:

Saudação final:

Subscrição: Qr code e código de verificação.

Pessoas envolvidas na criação do documento:

Autor da ação: Justiça Eleitoral/Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Autor do documento: Justiça Eleitoral/Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Destinatário da ação: Justiça Eleitoral/Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Destinatário do documento: Eleitor

Escritor: Justiça Eleitoral/Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Testemunhas envolvidas:

Estado de transmissão: Original/Digital

Informações complementares:

Fundo produtor/recebedor: Justiça Eleitoral

Grupo ou Seção:

Série:

Notação:

Código de Classificação:

Fonte: Modelo elaborado por Tognoli (2014)

No **quadro 5** temos a Análise Diplomática da Certidão de Quitação Eleitoral do TSE, a análise inicia reconhecendo a natureza do documento, que se norteia pelos itens: espécie documental, que é identificada como “Certidão”; o tipo documental, que ratifica a “Quitação Eleitoral” como sua principal atividade; categoria documental, que certifica a conformidade do eleitor com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral; e a natureza do ato, que classifica o documento como de caráter privado.

Posteriormente, o documento detalha seus elementos ou caracteres externos, que constituem a sua estrutura no seu material em formato digital, o tipo de escrita é em código binário, a qualidade de impressão, avaliada como boa, o meio de registro, que é eletrônico e exportado em formato de arquivo PDF, culminando com o Selo Nacional inserido na categoria selos e sinais.

Na sequência, no que tange a categoria elementos internos, foram preenchidos os itens referentes à língua e estilo de linguagem, identificados como portuguesa e formal. O tópico protocolo inicial foi completado com os itens título, designado como “Certidão”; Assunto, como “Comprovação de Quitação Eleitoral”; data, correspondendo com a data de emissão do documento; e informações de titulação e destinatário.

Logo, o elemento “texto” apresenta o “preâmbulo” descrito como “quitação eleitoral”, a “exposição” apresenta os dados do eleitor, tais como: o nome do eleitor, número de inscrição, zona, seção, unidade federativa, domicílio do eleitor, município, data de nascimento, o nome dos pais e ocupação.

No Dispositivo é apresentado a resolução do TSE de número 21.823/2004 que conceitua a quitação eleitoral e garante a plenitude dos direitos políticos, a sanção indica os direitos que o cidadão poderá perder se caso ele não estiver quite com a Justiça Eleitoral.

A Corroboração autentica o documento por meio da página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, complementado pelo Protocolo Final, que inclui a subscrição composta por código QR Code, que funciona como código de validação e integridade.

Nesse sentido, a análise é concluída com a identificação de Pessoas envolvidas na criação do documento, onde se reconhece o Tribunal Superior Eleitoral como autor da ação e do documento, tendo como destinatário o próprio Eleitor. O seu Estado de transmissão é Original Digital, e, por fim, as Informações Complementares destacam o Fundo produtor como sendo a Justiça Eleitoral.

Conforme a tabela de análise proposta pela Tognoli (2014), observa-se que nem todos os itens foram preenchidos, tais como: no Protocolo Inicial - invocação e saudação inicial; no Texto - Notificação e o Protocolo final - Precação e Saudação final; nas Pessoas envolvidas na

criação do documento - Escritor e Testemunhas envolvidas; e nas Informações complementares - os campos de Grupo ou seção, Série, Notação e Código de Classificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesse artigo permitiu explorar de forma detalhada a aplicação dos conceitos da Diplomática tradicional ao contexto dos documentos digitais, com foco específico na Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir da pesquisa realizada, ficou evidente que, embora a transição do suporte físico para o digital apresenta desafios consideráveis, os princípios fundamentais da Diplomática continuam sendo essenciais para assegurar a autenticidade, a integridade e a confiabilidade dos documentos arquivísticos no contexto digital.

Durante a análise da Certidão de Quitação Eleitoral, constatou-se que os elementos externos e internos do documento, tais como a estrutura, o conteúdo e os sinais de validação (como o QR Code), desempenham um papel crucial na garantia de sua autenticidade.

A utilização de tecnologias e formatos de arquivo como o Portable Document Format (PDF) e a inserção de códigos de verificação reforçam a segurança e a credibilidade do documento, aspectos que são fundamentais para o cumprimento de sua função probatória e para a manutenção da confiança do cidadão nos processos eleitorais.

Além disso, o estudo ressalta a relevância do projeto InterPARES, que desempenhou um papel primordial no desenvolvimento da Diplomática Digital, graças às iniciativas e discussões propostas por Luciana Duranti e sua equipe. A iniciativa foi essencial para formulação de diretrizes e práticas que visam a preservação a longo prazo da autenticidade dos documentos digitais, considerando as particularidades e os desafios inerentes ao ambiente digital.

O InterPARES, ao integrar conhecimentos de diferentes disciplinas como Arquivologia, Direito e Ciência da Computação, trouxe uma abordagem multidisciplinar que enriqueceu a Diplomática Digital, tornando-a uma ferramenta indispensável para a gestão de documentos nato-digitais.

Outro ponto de destaque foi a identificação da necessidade contínua de adaptação e evolução das práticas arquivísticas. O avanço das tecnologias da informação exige que os profissionais da área estejam constantemente atualizados e preparados para lidar com novos tipos de documentos e formas de registro digital.

A Diplomática Digital surge, assim, como um campo dinâmico e em constante desenvolvimento, que precisa ser continuamente explorado e aperfeiçoado para responder às demandas de autenticidade e preservação no contexto digital.

Em síntese, a pesquisa reafirma a importância de se manter uma relação intrínseca entre Diplomática e arquivologia no tratamento de documentos digitais, não apenas sejam preservados ao longo do tempo, mas também mantenham sua função original de prova e memória, assegurando a integridade dos registros históricos e administrativos.

REFERÊNCIAS

- ADOBE. **O que significa PDF?** Disponível em: <https://www.adobe.com/br/acrobat/about-adobe-pdf.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41). Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2024.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.
- BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2008.
- BODE, E. C. **Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/75805>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BOMFIM, S. S. **Diagnóstico e diretrizes para a guarda dos documentos digitais do escritório de fiscalização de contratos da Universidade Federal de Sergipe**. 2022. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17064/2/Saulo_Santos_Bomfim.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Arquivos. e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. 2. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 21.823, de 22 de junho de 2004. Dispõe sobre a definição de quitação eleitoral**. Diário da Justiça da União, Brasília, DF, 24 jun. 2004. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2004/RES21823>. Acesso em: 15 set. 2025.
- CARUCCI, P. **Diplomática e arquivística**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- DELMAS, B. **La diplomatique: histoire et méthodes**. Paris: PUF, 1998.
- DURANTI, L. **Archives as a place**. In: COOK, T.; SCHWARTZ, J. M. **Archives, records, and power**. Archival Science, v. 2, n. 1–2, 2002 [citada como 2007 em algumas traduções].
- DURANTI, L. **Diplomatics: new uses for an old science**. Archivaria, v. 28, p. 7–27, 1989 [1998 reprint]. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11831>. Acesso em: 15 set. 2025.
- DURANTI, L. **From digital diplomacy to digital records forensics**. Archivaria, [S.l.], p. 39–66, jan. 2009. ISSN 1923-6409. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/288358261>. Acesso em: 2 abr. 2024.

DURANTI, L. **InterPARES: The long-term preservation of authentic electronic records.** Records Management Journal, v. 15, n. 1, p. 11–20, 2005 [citada como 2015 em algumas referências].

DURANTI, L. **The archival bond.** Archives and Museum Informatics, v. 11, n. 3–4, p. 213–218, 2000.

DURANTI, L.; ENDICOTT-POPOVSKY, B. **Diplomatics in the digital environment: digital records forensics and archival science.** Journal of Archival Organization, v. 8, n. 3-4, p. 181–206, 2010.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. **Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais.** Acervo, v. 29, n. 2, p. 117–132, 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/717>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. **A Diplomática contemporânea e a arquivística: reflexões teóricas.** Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, v. 2, n. 2, 2009.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS TRUST AI. ITrust AI, 2021. Disponível em: <https://interparestrustai.org/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LIMA, E. S.; FLORES, D. **Da Diplomática clássica à diplomática contemporânea: uma revisão de literatura.** Archeion Online, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/14797>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MOGOLLÓN, J. B. M.; TROITIÑO RODRÍGUEZ, S. M. **Diplomática forense: revisão histórica para a abordagem do documento nato-digital de arquivo.** Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información, v. 33, n. 78, p. 47–62, 2019. DOI: 10.22201/iibi.24488321xe.2019.78.57928. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57928>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PAES, M. L. **Arquivística: teoria e prática.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAJEÚ, H. M.; MOURA, R. R.; CARVALHO, D. O. **Organização e classificação para documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens.** Ciência da Informação em Revista, v. 5, n. 3, p. 58–70, 2018.

PEREIRA, A. L. O.; PINHEIRO, M. M. K. P. **O uso das tecnologias da informação e comunicação e o acesso a documentos no Arquivo Público Mineiro.** Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/244217>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RABELO, S. O.; SCHMIDT, C. H. M. A. **Preservação digital e o projeto InterPARES: reflexões e perspectivas.** Em Questão, v. 28, n. 1, p. 163–182, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/119851>. Acesso em: 15 set. 2025.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

RONDINELLI, R. C. **Documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. 1. ed. 2014.

RONDINELLI, R. C. **Diplomática contemporânea e arquivologia: uma aproximação metodológica**. Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, v. 6, p. 137–150, 2011.

RONDINELLI, R. C. **Diplomática e tipologia documental em arquivos contemporâneos**. In: _____. Arquivos: teoria e prática. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 113–140.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. **Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 4, p. 197–217, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/s5JqMw9Mkk3VVgKpCK7GRZC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

SILVA, A. B.; TOGNOLI, N. B. **Diplomática digital: uma nova abordagem?** In: A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, I. C. **A importância da Arquivologia e da diplomática no processo de criação do diploma digital na UFPB**. 2022. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/28321/1/ICS06092023.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SIQUEIRA, J. C. **A noção de documento digital: uma abordagem terminológica**. Em Questão, v. 18, n. 1, p. 125–140, 2012.

STANCIC, H. **Preserving digital authenticity in the age of AI: reflections from InterPARES**. Journal of Documentation, v. 76, n. 5, p. 1–12, 2020.

TOGNOLI, N. B. **Análise diplomática de documentos digitais: proposta metodológica**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

TOGNOLI, N. B. **Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais**. Revista do Arquivo, São Paulo, p. 34–46, 2018. Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista/diplomatica-dos-diplomas-aos-documentos-digitais/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

TOGNOLI, N. B. **Metodologia de análise diplomática de documentos digitais**. Revista do Arquivo, São Paulo, n. 9, p. 125–140, 2014. Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista/analisis-diplomatica-documentos-digitais/>. Acesso em: 15 set. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Sobre o TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/sobre-o-tse>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Você sabe o que é quitação eleitoral? O glossário explica.** 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/voce-sabe-o-que-e-quitacao-eleitoral-o-glossario-explica>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Certidão de quitação eleitoral pode ser emitida pelo aplicativo e-Título.** Brasília, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/certidao-de-quitacao-eleitoral-pode-ser-emitida-pelo-app-e-titulo>. Acesso em: 11 set. 2025.

VALENTIM, R. T. **A Diplomática digital e a ciência forense digital: aspectos convergentes e divergentes entre disciplinas.** 2020. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22801/TCC%20Raquel%20Torres%20a3o.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2024.

WATANABE, E.; SOUSA, R. T. B. **Engenharia de documentos e suas relações com a Arquivologia, a Diplomática Digital e a Ciência da Informação.** Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/244145>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ANEXO A - GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Autenticidade: Propriedade de um documento que garante que ele é o que declara ser, preservando-se sua origem, forma e conteúdo ao longo do tempo (Bellotto, 2008).

Arquivologia: Ciência que estuda os princípios, métodos e técnicas relacionados à produção, organização, preservação e uso dos documentos arquivísticos (Arquivo Nacional, 2005).

Certidão de Quitação Eleitoral: Documento emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral que comprova que o eleitor está em dia com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, 2021).

Diplomática: Disciplina que estuda a estrutura formal dos documentos com o objetivo de verificar sua autenticidade, origem e valor jurídico (Bellotto, 2008).

Diplomática Digital: Extensão da Diplomática tradicional voltada para o estudo e análise da autenticidade de documentos arquivísticos produzidos em ambiente digital (Silva; Tognoli, 2019).

Documento Arquivístico: Registro produzido e acumulado por uma pessoa ou instituição no exercício de suas atividades, com valor probatório e informativo (Arquivo Nacional, 2005).

Documento Digital: Documento codificado em dígitos binários, criado, tramitado e armazenado em meio eletrônico, acessado por sistemas computacionais (Siqueira, 2012).

Documento Nato-Digital: Documento criado originalmente em formato digital, sem passar por conversão ou digitalização a partir de um suporte físico (Mogollón; Troitiño Rodríguez, 2019).

InterPARES: Projeto internacional de pesquisa liderado por Luciana Duranti, que visa garantir a preservação e autenticidade de documentos arquivísticos digitais (International Research On Permanent Authentic Records in Electronic Systems Trust Ai, 2021).

Metadados: Conjunto de dados estruturados que descrevem, identificam, localizam ou facilitam a gestão de documentos digitais (Flores; Rocco; Santos, 2016).

Preservação Digital: Conjunto de estratégias e práticas voltadas para garantir o acesso contínuo, autenticidade e integridade de documentos digitais ao longo do tempo (Santos; Flores, 2015).

Tipo Documental: Conjunto de características formais e contextuais que definem um modelo de documento, como certidão, ofício, ata etc., vinculado a uma função específica (Rodrigues, 2008).

Valor Arquivístico: Qualidade de um documento que justifica sua guarda permanente devido ao seu conteúdo informativo, probatório ou histórico (Arquivo Nacional, 2005).